



CLIPPING



20 de
Dezembro
2021

**RD REPÓRTER
DIÁRIO**

IGEPREV

O Ministério Público enviou ofício ao Igeprev reconhecendo a atuação do órgão previdenciário do Pará em prol da boa gestão dos recursos públicos. O Procurador-Geral de Justiça, Cesar Mattar, parabenizou o Presidente do Igeprev, Giussepp Mendes, pela auditoria nos processos internos do Instituto: em seis meses, foram identificados pagamentos indevidos na ordem de R\$ 92 milhões, valor que está sendo pleiteado pelo Estado, administrativa e judicialmente. O Igeprev quer abrir 13 agências no interior em 2022.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

CRIME BÁRBARO GRÁVIDA É ASSASSINADA E TEM O BEBÊ ROUBADO

Suspeita de praticar o crime brutal em Marituba foi presa em flagrante após a morte de uma mulher que morava em sua casa. A suspeita chegou a levar a criança para hospital dizendo que era seu filho

CRIME CHOCANTE

JR Avelar

Uma mulher grávida de nove meses e com possíveis problemas mentais foi eviscerada e teve o bebê retirado em uma casa no município de Marituba. O que seria um parto natural acabou se transformando em uma odisséia criminosa e que chocou a comunidade da agrovila São Pedro na zona rural de Marituba e até mesmo os policiais que atenderam a ocorrência,

mesmo acostumados com a violência do dia a dia.

Os primeiros levantamentos apontam que a vítima estava grávida de nove meses e há algum tempo passou a ter ajuda de uma mulher posteriormente identificada como Marielza Rodrigues Ferreira, que deu guarida à grávida em sua residência na rua Doutor Ernesto, na Agrovila São Pedro.

A mulher teria chegado na casa na noite desta sexta-feira (17) e possivelmente pela madrugada foi morta e teve o bebê retirado da barriga. Em seguida, Marielza Rodrigues



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



A mulher acusada de praticar o crime cedeu sua casa para a vítima morar e durante o parto, segundo a polícia, teria matado a futura mãe, que não viu o filho nascer. FOTOS: DIVULGAÇÃO

teria procurado um posto de saúde em Marituba alegando que tinha acabado de dar a luz à criança.

Chamou atenção o fato da mesma não apresentar sintomas de ter se submetido a algum parto, o que acabou acendendo uma "luz vermelha" na equipe que a atendeu que desconfiada chamou a polícia.

Logo depois, a notícia se espalhou dando conta que uma mulher foi encontrada eviscerada embaixo de uma cama na casa de Marielza Rodrigues depois que vizinhos desconfiaram de um rastro de sangue no local.

Cruzando as informações, a

polícia civil prendeu em flagrante no hospital Divina Providência em Marituba Marielza Rodrigues Ferreira, de 38 anos, suspeita de matar a mulher grávida em situação de rua mesmo com ela afirmando ser a mãe da criança.

No local do crime, a versão apresentada por vizinhos dava conta que por volta das 5h deste sábado (19) avistaram Marielza pedindo ajuda porque tinha acabado de ter o bebê.

Ao chegar no hospital Divina Providência, funcionários do plantão começaram a desconfiar, por conta da mulher querer apenas o atendimento

ao bebê e disse que não permitia ser examinada.

Na casa dela os policiais constataram o corpo da vítima com várias perfurações e um enorme ferimento na barriga e a Polícia Civil acredita que Marielza Rodrigues não estivesse sozinha na empreitada criminosa, tanto que o companheiro dela foi detido e apresentado na Divisão de Homicídios.

O bebê de nove meses permanece internado no hospital em Marituba e assim que receber alta deverá ter sua situação definida pela justiça. O casal suspeito da trama criminosa permanece preso.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

TJPA suspende efeitos do processo de cassação e delegado Fonseca é reintegrado ao cargo de prefeito de Oriximiná

De acordo com a decisão, votação na Câmara deveria ter sido feita de forma nominal e aberta. Nas redes sociais Fonseca comemorou decisão.

Por Dominique Cavaleiro, g1 Santarém e região — PA

19/12/2021 11h42 · Atualizado há 3 semanas



William Fonseca (Delegado Fonseca), retorna ao cargo de prefeito de Oriximiná — Foto: Geovane Brito/G1

O Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) suspendeu os efeitos do processo de cassação e o delegado Fonseca foi reintegrado ao cargo de prefeito de Oriximiná, no oeste do Pará. A decisão é da desembargadora Gleide Pereira De Moura e foi publicada no sábado (18).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

De acordo com a decisão, o voto secreto, ou falta de publicação e da presença de informação nos autos sobre o modo como a votação se efetivou na Câmara de Vereadores, violou princípios básicos que norteiam a Administração Pública, como a publicidade.

Ou seja, a votação na Câmara deveria ter sido feita de forma nominal e aberta, o que não aconteceu, por isso tornou sem efeito a aceitação da denúncia. Desta forma, William Fonseca retorna ao cargo de prefeito do município e a Câmara de Vereadores deverá recomeçar o processo de cassação do prefeito.

Nas redes sociais, William Fonseca - o delegado Fonseca, como é conhecido - fez uma publicação comemorando a decisão e o retorno ao cargo de prefeito do município.

"Nosso Senhor é um Deus bondoso e de justiça", publicou Fonseca.



Delegado Fonseca retorna ao cargo de Prefeito de Oriximiná — Foto: Reprodução/Facebook/Delegado Fonseca

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Pedido de cassação

O pedido de cassação foi [protocolado na Câmara Municipal pelo ex-vereador Zequinha Calderaro](#), no dia 9 de agosto deste ano, apontando crimes de responsabilidade e prática de infração político-administrativa que teriam sido cometidos pelo prefeito, entre elas, a contratação de pessoal para cargos que não foram criados por lei, para beneficiar aliados políticos do gestor municipal.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Presidente do TJPA suspende efeitos de reintegração de prefeito cassado e vice reassume

Decisão atende recurso da Câmara Municipal de Oriximiná contra decisão da desembargadora Gleide Pereira do Nascimento.

Por Sílvia Vieira, g1 Santarém e Região — PA

22/12/2021 11h01 · Atualizado há 2 semanas



Delegado William Fonseca, prefeito eleito de Oriximiná, foi cassado no dia 22 de outubro de 2021 — Foto: Valdo Florenzano/Arquivo pessoal

Por decisão presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará Célia Regina de Lima Pinheiro, na última terça-feira (21), o delegado William Fonseca, prefeito cassado pela Câmara Municipal de Oriximiná, oeste do Pará, que havia retornado ao cargo após liminar deferida pela desembargadora Gleide Pereira de Moura, no plantão do 2º grau de jurisdição, no sábado (18), foi afastado do cargo e em seu lugar reassume o vice-prefeito Argemiro José Bentes Diniz.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Célia Regina acolheu pedido de liminar feito pela Câmara Municipal de Oriximiná, em agravo de instrumento, por considerar que a decisão da desembargadora plantonista suscitou "fortes elementos indicativos de grave lesão à ordem pública, sob o aspecto da inobservância de normas processuais que visam garantir o correto exercício da jurisdição".

O caso já tem o que chamam no direito de "juiz natural", que nesse caso, é a desembargadora Luzia Nadja Guimarães, e conforme o artigo 116 do Regimento Interno do TJPA, "a distribuição da ação ou do recurso gera prevenção [juiz natural] para todos os processos a eles vinculados por conexão, continência ou referentes ao mesmo feito". Assim sendo, o recurso apresentado pela defesa do prefeito cassado William Fonseca deveria ser apreciado por Nadja Guimarães e não pela desembargadora do plantão.

“Defiro a liminar pleiteada para, em caráter excepcionalíssimo, suspender os efeitos da decisão monocrática proferida pela Excelentíssima Desembargadora Gleide Pereira de Moura, em 19/12/2021 (plantão judicial), nos autos do Agravo de Instrumento nº. 0815029-61.2021.8.14.0000, tendo em vista o risco de grave lesão à ordem pública, decorrente de possíveis violações ao direito líquido e certo ao devido processo legal, notadamente no que se refere ao princípio do juiz natural e à inafastável segurança jurídica exigida nos provimentos jurisdicionais”, decidiu a desembargadora Célia Regina.

A presidente do TJPA também determinou que a desembargadora Gleide Pereira de Moura seja certificada para, no prazo de 10 dias, prestar informações, nos termos do art. 7º, I, da Lei nº. 12.016/2009, entregando-lhe, juntamente com a decisão, cópias da inicial e dos documentos com ela apresentados.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Comarca de Santarém entra em recesso forense e equipes cumprirão plantão até 6 de janeiro

Equipes de plantão atenderão apenas causas urgentes. Trabalhos no judiciário devem ser retomados no dia 7 de janeiro.

Por g1 Santarém e região — PA

18/12/2021 11h57 · Atualizado há 3 semanas



Fórum de Santarém — Foto: Arquivo g1

Os servidores e magistrados da Comarca de Santarém, que abrange também os municípios de Belterra e Mojuí dos Campos, no oeste do Pará, entraram na sexta-feira (17) em recesso forense, a exemplo de todo o país.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

As atividades devem ser retomadas no dia 7 de janeiro de 2022. Até lá, as equipes de plantão atenderão apenas as causas mais urgentes. Duas portarias foram publicadas definindo as equipes que estarão de plantão.

Mais de 100 servidores da Comarca de Santarém participaram da confraternização, que este ano homenageou os servidores de empresas terceirizadas que atuam em serviços de limpeza, copa, informática, entre outros.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

FORAGIDO DA JUSTIÇA

Homem é preso acusado de estupro de criança e por tráfico de Drogas em Bragança

18 DEZ 2021 - 11H10 | ATUALIZADO 18 DEZ 2021 - 11H12 | Compartilhar 3



Na manhã deste sábado, 18, a Polícia Civil de Bragança, depois de investigação, conseguiu prender um foragido da justiça, na comunidade do Acarajó em Bragança.

O homem identificado como Vailson Gomes Martins, foi autuado por tráfico de drogas e estupro de vulnerável pois estava convivendo maritalmente com uma menor de 13 anos.

O suspeito já se encontra a disposição da justiça.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

OPERAÇÃO FALCÃO

Doze mandados de busca e apreensão foram cumpridos em Mãe do Rio

18 DEZ 2021 - 09H20 | ATUALIZADO 18 DEZ 2021 - 08H53 | Compartilhar 3



A Polícia Civil do Pará, por meio da Superintendência Regional do Capim, deflagrou a operação "Falcão", com o objetivo de combater o tráfico de entorpecentes

no município de Mãe do Rio, onde foram cumpridos 12 mandados de busca e apreensão domiciliar. A primeira frase da ação ocorreu nesta sexta-feira, 17.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A Polícia Civil informou que uma pessoa foi encaminhada a unidade policial para esclarecimentos e uma moto foi recuperada e entregue ao proprietário.

A Polícia Civil apreendeu oito aparelhos celulares, um tablet, R\$ 273,00 reais em espécie. A operação ainda terá sequência, para reprimir a comercialização de drogas e os crimes correlatos, assim como os de roubo e homicídios.

Com informações da Polícia Civil

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

EM LIBERDADE

Justiça manda soltar PM acusado de envolvimento na morte de empresário no Pará

18 DEZ 2021 - 15H45 | ATUALIZADO 18 DEZ 2021 - 19H06 | Compartilhar 0



Crédito: Reprodução/Debate de Carajás

O sargento da Polícia Militar identificado como Diego Silva, conhecido também como “HeMan”, acusado de integrar a organização criminosa que matou o empresário Diogo Sampaio de Souza, foi solto pela justiça neste sábado, 18.

O assassinato aconteceu no dia 20 de setembro do ano passado na Orla de Marabá, no sudeste do Pará. Além de Diego, outro policial militar identificado Rafael Bizerra da Silva, com suspeito de participar do crime, havia recebido o direito de responder o crime em liberdade.

Segundo o Ministério Público (MP), o sargento realizava o monitoramento da vítima durante todo dia do crime.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

De acordo com o Correio de Carajás, o policial terá de não portar arma de fogo e utilizar tornozeleira eletrônica para continuar em liberdade.

Com informações do Correio de Carajás

DIA DA PRISÃO

[Diego Silva foi preso na manhã do dia 28 de outubro deste ano e era lotado no Grupo Tático Operacional \(GTO\) de Marabá.](#) O militar do GTO foi transferido para o Centro de Recuperação Coronel Anastácio das Neves (Crecan) em Santa Izabel, Região Metropolitana de Belém.

Na época, o crime teve grande repercussão devido a perícia e audácia do atirador ao executar a vítima com tiros de fuzil disparados de dentro de um veículo.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br